

## Índice

|  |   |
|--|---|
| Não me roubes a minha causa .....              | 1 |
| Novo impulso à escolha de escola nos EUA ..... | 2 |
| O espiritual também tem lugar no YouTube ..... | 3 |
| “Hábitos atômicos” .....                       | 3 |
| “Clics contra la humanidad” .....              | 4 |

### Não me roubes a minha causa

A ideia de que existe um “racismo institucional” impôs-se também nas elites do Reino Unido, que descobriram uma nova causa que reclama os seus esforços. Esta convicção converteu-se em pouco tempo numa rígida doutrina oficial nestes ambientes, doutrina que não se pode questionar sob pena de querer converter-se em suspeito de “supremacismo branco”. Por isso, causou escândalo o relatório publicado pela [Comissão sobre Raça e Disparidades Étnicas](#), que nega a existência de um racismo estrutural no Reino Unido e defende que a estrutura familiar e a classe social são fatores mais decisivos do que a raça nas desigualdades.

A Comissão criada pelo governo no verão de 2020 foi presidida por [Tony Sewell](#), um académico de raça negra, nascido em Inglaterra de pais jamaicanos. Distinguido pela sua atividade de investigação no campo da educação, é fundador da ONG Generating Genius, que se tem dedicado com sucesso para que jovens desfavorecidos de minorias consigam aceder às melhores universidades. À partida, não parece um homem que possa ser considerado um pilar do “privilégio branco” no Reino Unido.

Mas, depois de examinar os dados disponíveis, o relatório da Comissão chega a [conclusões](#) inaceitáveis para os que pensam ser a raça o elemento estrutural básico das sociedades ocidentais.

A Comissão concluiu que as crianças das minorias étnicas têm tão bons ou melhores resultados do que as crianças brancas no ensino obrigatório, excetuando os negros caribenhos. Este sucesso na educação “transformou a sociedade britânica dos últimos cinquenta anos, tendo-a convertido numa sociedade que oferece melhores oportunidades para todos”. O relatório constata que o fosso salarial entre as minorias étnicas e a maioria branca diminuiu 2,3 % e é pouco significativo nos empregados com menos de 30 anos. Também existe uma maior diversidade étnica em profissões ligadas ao Direito e à Medicina.

O relatório não nega que algumas comunidades sofram ainda a carga de um “racismo histórico”, que possa ser uma barreira para o sucesso. Mas defende que fatores como a geografia, a família, o substrato socioeconómico, a cultura e a religião têm “um impacto mais significativo nas oportunidades da vida do que a existência do racismo”.

A Comissão admite que ainda se podem encontrar preconceitos racistas na sociedade britânica, mas afasta que possa falar-se de um racismo institucional. E mais, atreve-se a salientar que uma “estridente forma de pensamento antirracista procura explicar qualquer desvantagem das minorias com o prisma da discriminação branca”, o que desvia a atenção de “outros motivos para o sucesso e o fracasso das minorias”.

Já num artigo publicado na “Spectator” em 2019, Tony Sewell se havia atrevido a referir a “epidemia de carência de pais” que sofriam muitas famílias negras no Reino Unido. E destacava que enquanto somente 6 % das crianças de origem indiana viviam numa família monoparental, a percentagem subia para 43 % e 63 % no caso dos seus companheiros negros de família

africana e caribenha, respetivamente. Não é o tipo de dados que costuma ser destacado quando se explicam as desigualdades.

Daí que os cruzados das políticas identitárias e os gurus da Teoria Crítica da Raça tenham reagido com indignação ao relatório da Comissão. Não é que oponham outros dados aos que são destacados pelo relatório. É o mero facto de que não admita um racismo institucional e sistemático aquilo que os escandaliza. A Comissão devia apoiar as teses deles, não chegar a conclusões por conta própria. Quando é tão fácil e esclarecedor atribuir qualquer desigualdade ao racismo, trazer à colação motivos familiares, socioeconómicos ou de classe, não é mais do que uma cortina a tapar o “privilégio branco”.

Na sua fúria contra a Comissão, os detratores não tiveram dúvidas em desacreditar Tony Sewell como “moderno Tio Tom”, “traidor à raça” ou “negro decorativo”. Observa-se que a esquerda antirracista, tão habituada a sentir-se ofendida por “micro-agressões”, tem manga mais larga quando se trata de atacar os seus adversários, ainda que sejam de raça negra. Para eles, a raça depende mais das ideias do que dos genes.

Em última análise, o que não pode admitir como reação é que o relatório de uma Comissão lhes arrebate uma causa para a qual construíram uma doutrina. É como se lhes fosse retirada a carteira. O *lobby* identitário defende a sua causa, porque assenta nisso o seu prestígio de militantes éticos, a sua fachada intelectual e, por vezes, até o seu orçamento. Ninguém os pode privar das “suas vítimas”, esses despossuídos que necessitam da sua luta e da sua proteção. Daí que salientar estarem a melhorar cada vez mais as suas oportunidades de vida, só possa ser uma traição.

I. A.

## Novo impulso à escolha de escola nos EUA

No último ano, arrancaram nos EUA mais iniciativas para dar resposta às famílias que queiram escolher escolas. Algumas são totalmente novas; outras ampliam programas que já estavam em funcionamento.

Além do clássico [cheque escolar](#), que não está muito implantado e costuma limitar-se a determinadas zonas e famílias, e das [charter schools](#), que são escolas públicas de gestão privada, desde a segunda década deste século foram adotadas outras fórmulas.

A que mais impacto teve é a chamada [conta de poupança educativa](#) (*education savings account*, ou ESA). Como o che-

que, coloca nas mãos dos pais o dinheiro – geralmente não todo – que o estado gasta num lugar escolar na rede pública. Mas em vez de o destinar para pagar a escola que cada família escolher, fá-lo entrar numa conta para gastos em educação que ela administra como melhor achar. Assim, os pais podem utilizar os fundos para pagar um lugar numa escola privada, ou para aulas particulares, ensinos complementares, etc.

Também avançaram benefícios fiscais pelas contribuições para dotar bolsas de estudo em escolas privadas. Esta fórmula, que é conhecida como *tax-credit scholarships*, vigora em 16 estados. Aplica-se preferencialmente a alunos com necessidades educativas especiais, para que possam acorrer a um centro que lhes dê a atenção de que precisam, mas não encontram na rede pública.

Entre os programas aprovados no espaço de um ano, quatro foram do mês de março de 2021.

Nos finais desse mês, o governador da Virgínia Ocidental assinou a lei que cria as primeiras ESA do estado. É o programa deste tipo mais amplo dos Estados Unidos. Na primeira fase, iniciada neste ano de 2022, podem optar por uma conta todas as famílias dos alunos já matriculados no ensino público ou que venham a entrar nele para iniciar o ensino infantil, sem limite de número. A partir de 2026, o programa será aberto a alunos de escolas privadas, mas no caso destes alunos haverá um limite: não poderão passar de 5 % da população escolar do estado. Cada família receberá o equivalente do custo médio de uma vaga escolar pública, que atualmente se situa nos 4600 dólares anuais.

Também em março do ano passado, foi aprovado no Kentucky um novo programa de bolsas financiadas com doações dedutíveis. Neste caso, o governador, democrata, vetou a lei; mas o Parlamento do estado anulou o veto graças à ampla maioria favorável à medida. As bolsas são destinadas a famílias de classe média ou baixa, que não ultrapassem determinado limite de rendimentos. Poderão utilizá-las em escolas privadas ou em tutorias de reforço ou complementares. A lei permite também mudar de distrito escolar, se no próprio os pais não encontrarem uma escola a seu gosto.

No mesmo mês, foram adotadas duas ampliações de fórmulas já existentes para escolher escola. A Geórgia aumentou a dotação para os cheques escolares que oferece a alunos com necessidades educativas especiais. E o Dakota do Sul decidiu que sejam alargadas aos alunos de escolas privadas as *tax-credit scholarships*.

Há mais medidas similares em trâmites parlamentares. As Câmaras de Representantes de outros dois estados, Indiana e Missouri, votaram a favor de serem criadas as contas de poupança educativa. No Arizona, que foi o primeiro estado a instaurá-las, em 2011, o Senado aprovou um projeto de lei para ampliá-las, e outro para aumentar as bolsas dotadas com doações dedutíveis.

Antes, em 2020, o Utah promulgou o seu segundo programa de escolha de escola: bolsas para aceder a alguma das escolas privadas do Estado que oferecem ensino especial. Começaram a ser concedidas em 2021. O montante é o equivalente de 98 % do custo da vaga escolar pública.

No Tennessee, ia começar um programa piloto para ensaiar o primeiro cheque escolar do estado. Seria aplicado nos dois distritos mais povoados e ofereceria a cada família beneficiária o equivalente de até 83 % do custo de uma vaga escolar pública. O dinheiro poderia ser empregue na matrícula de uma escola privada e em serviços educativos complementares. Mas o programa foi colocado em tribunal e está suspenso até que os juizes resolvam a situação.

Iniciativas como estas têm vindo a ser adotadas desde o início do século atual, até um total de 65, repartidas por 28 estados mais o distrito de Colúmbia. Em 2021, foram apresentadas nos parlamentos cerca de 50 em 30 estados, segundo a [contagem do "The Wall Street Journal"](#). O desejo de escolher escola, em vez de se resignar à que lhe caiba, alargou-se entre as famílias pobres ou de classe média. As menos favorecidas, nomeadamente, sofrem por causa das escolas públicas de má qualidade que predominam nos bairros deprimidos que habitam. As *charter schools* e estas outras fórmulas oferecem-lhes uma saída.

Contra estão parte dos políticos, principalmente democratas, e sobretudo os sindicatos de professores de escolas estaduais. Para estes, dar aos pais a possibilidade de escolher uma escola significa retirar recursos ao ensino público. Nem sempre é assim, mas em todo o caso, a transferência não se faria se as escolas públicas não gerassem descontentamentos. E os descontentamentos foram muitos mais no ano de pandemia de 2021, por causa da resistência dos sindicatos a que fossem reabertas as escolas públicas, enquanto as privadas estiveram em funcionamento, claro que com as devidas precauções contra a Covid-19.

Assim, a posição dos sindicatos fez avivar entre as pessoas o apetite de escolher uma escola, e desencadeou a recente avalanche de projetos nos estados.

R. S.

## O espiritual também tem lugar no YouTube

Mesmo a antropologia e a espiritualidade têm o seu eco no YouTube. Exemplos disso, no âmbito anglo-saxónico, são as contas de Jordan Peterson e de Russell Brand. Embora com significativas diferenças nalgumas opções políticas, ambos se

caracterizaram nos últimos anos por se atreverem a refletir sobre a vida virtuosa ou a inclinação para a transcendência do ser humano, com uma visão essencialmente positiva, embora não confessional, da religiosidade.

Há sim uma abordagem confessional, pelo contrário, no canal de Robert Barron. Barron deu-se a conhecer como apologeta televisivo antes de ser ordenado bispo (atualmente em Los Angeles). Com um tom positivo e dialogante, apareceu em numerosos programas, por vezes debatendo com pensadores ateus ou agnósticos. Desde 2007, o seu canal no YouTube acumulou mais de 400 000 seguidores.

Supera-o [smdani](#), um sacerdote espanhol que conta com mais de um milhão de subscritores, e que se converteu num *youtuber* muito popular. Nos seus vídeos, fala-se muito de música – nomeadamente de rap –, mas também se abordam assuntos relacionados com a fé cristã, a vida de Jesus Cristo ou a moral católica.

Smdani não se esquivava das questões mais controversas: abusos a menores por parte de sacerdotes, celibato, homossexualidade, riquezas da Igreja, etc. Pela sua proximidade e pela sua ausência de complexos, ganhou o respeito de algumas das grandes estrelas do YouTube em Espanha. As suas entrevistas efetuadas com Ibai Llanos, Roma Gallardo ou AuronPlay, entre outros, demonstram que, também no tema religioso, o mundo *youtuber* é mais diverso do que os meios de comunicação tradicionais.

F. R.-B.

## “Hábitos atómicos”

“Atomics Habits”

Autor: James Clear  
Diana Editorial. Barcelona (2020)  
336 págs.

Não é a mesma coisa deixar os propósitos para amanhã, que definir uma hora para aquilo que desejamos fazer, seja ir ao ginásio, ou terminar uma tarefa que temos vindo a adiar sucessivamente. Sabemos, além disso, que nas viagens é mais difícil manter as rotinas, ou que acabamos por sucumbir às compras. Mas, por que atuamos assim?

Para responder a estas perguntas e ensinar a construir hábitos, existem numerosos canais do YouTube que se dedicam à produtividade e à melhoria pessoal, como o de Matt D'Avella, que promove o minimalismo, ou o de Nathaniel Drew, que explica as técnicas dos gênios para estimular a criatividade. Contam com muitos seguidores, o que revela a preocupação das novas gerações pela autoajuda e pela superação. Neste tipo de canais, "Hábitos atômicos", escrito por James Clear, autor de um blogue de sucesso dedicado ao desenvolvimento pessoal, é um dos livros mais citados.

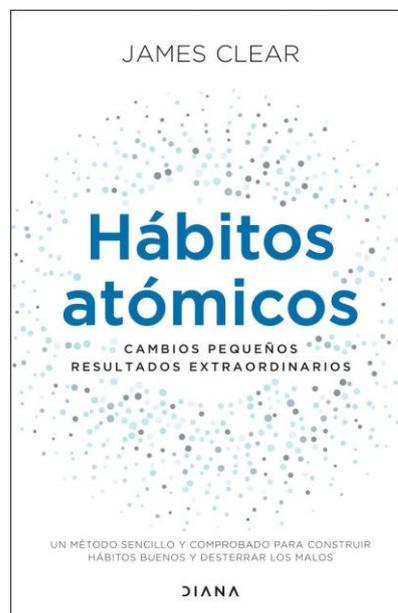
Clear começa o livro narrando um acidente que o deixou às portas da morte e a lição que extraiu da sua experiência: "Os hábitos que a princípio podem parecer limitados e pouco significativos, transformam-se em resultados extraordinários se tivermos a vontade de mantê-los durante vários anos". Além disso, explica que a qualidade da nossa vida depende do tipo de rotinas que implementemos, mas que o importante não são mudanças radicais, mas pequenas e significativas.

É verdade que "Hábitos atômicos" não conta nada de novo sobre como consolidar hábitos. Seria surpreendente que o fizesse, visto que a única maneira de se habituar a algo é repetir uma ação até que a resistência seja cada vez menor. Ora, Clear consegue sistematizar e desvendar o processo, desde aquilo que denomina o sinal, passando pela resposta que este origina e até chegar à recompensa para reforçar a conduta. Pensa que, se desejarmos adotar um determinado hábito, o principal é convertê-lo em algo óbvio, torná-lo atrativo, fácil e satisfatório. Pelo contrário, para evitar uma determinada ação que repetimos com insistência, temos de seguir o caminho oposto.

O livro acrescenta mais um elemento ao processo. Segundo o autor, a nossa identidade – a imagem que cada um tem de si mesmo, como leitor e desportista, ou como preguiçoso e comilão, por exemplo – é decisiva, porque moldea a nossa forma de atuar e, portanto, condiciona os nossos hábitos. Encoraja a que pensemos quem queremos ser e, a partir daí, concretizar os hábitos que identificam esse tipo de pessoa.

"Hábitos atômicos" é um livro de fácil leitura e estimulante. Cada capítulo parte de uma história real que desvenda o processo de criação de hábitos. Clear afirma basear-se na ciência, em teorias do conhecimento e do comportamento, para desenvolver as suas ideias. Pode ser que o livro coloque os hábitos, que são um meio, acima dos fins e que mantenha uma atitude individualista. Mas é uma leitura interessante para mentores, pessoas com responsabilidades diretivas e educadores, pois avança com pistas e chaves sobre a melhoria pessoal que devem ter-se em conta.

C. G. P.



## “Clics contra la humanidad”

“Stand Out of Our Light”

Autor: James Williams  
Gatopardo. Barcelona (2021)  
192 págs.

“Afasta-te, que me fazes sombra!”. A conhecida resposta do cínico Diógenes a Alexandre Magno, que se lhe disponibilizava para satisfazer qualquer dos seus desejos, serve a James Williams como síntese para explicar a sua posição em face da omnipresença da Internet nas nossas vidas. Após uma década de sucesso como estratega da Google, Williams foi para Oxford doutorar-se em filosofia. Porquê essa mudança tão radical? O seu trabalho tinha um efeito não desejado: descobriu ser vítima de uma distração profunda que não lhe permitia viver o tipo de vida que considerava melhor.

Williams parte da ideia de que a indústria tecnológica não tem tanto a ver com a informação, como com a atenção. Na sua opinião, “o maior risco que acarreta esta abundância informativa” não é outro a não ser “a perda de controlo que gera nos processos de atenção”. Daí que o principal desafio que devemos enfrentar tenha a ver, sobretudo, com a capacidade de centrar a atenção naquilo que na verdade nos interessa. Na realidade, é um desafio titânico, se se tiverem em conta os mecanismos de captar a atenção que estão em jogo na rede.

A segunda parte constitui uma tentativa de aprofundar o que significa a atenção humana, e as consequências – pessoais e políticas – que constitui a sua perda. Servindo-se da metáfora da luz, distingue três dimensões da atenção. Por um lado, uma luz focal: a atenção como foco, no qual nos centramos. Para a

sua diminuição contribuem as notificações, mas também as estratégias (políticas) que consistem em enterrar uma informação relevante em mil ninharias. Existe também uma luz astral, que consiste na capacidade de nos orientar na vida seguindo os valores e metas que consideramos relevantes. Alguns mecanismos próprios da Internet podem levar-nos a guiar as nossas decisões. Basta pensar na busca de *likes* e similares.

Por último, há uma luz diurna, que nos permite definir os nossos valores e metas. Também nela podem influir as tecnologias, através das *fake news* ou de tantos gatilhos de ira e indignação virais que têm servido movimentos populistas (Williams tem muito presente a campanha de Donald Trump em 2016, mas não considera outros movimentos posteriores). No fundo, tudo isto tem a ver com a deterioração da inteligência e com a dificuldade para a reflexão, fundamentais para a saúde da democracia.

Após tudo isso, avança propostas de ação. O primeiro campo de batalha é “o desenho das tecnologias digitais”, que utilizam um conhecimento cada vez melhor dos utentes para persuadi-los de algo que, talvez à primeira vista, não lhes interessa nada. Para Williams, não há lugar para uma abordagem neutra. É o sistema que deve ser repensado. Também alude a intervenções que afetam diversas dimensões do sistema. Existem algumas mais valiosas; outras mais discutíveis; ainda as que se caracterizam por serem um pouco *naïf*, ficando por descrever como seria possível medir as metas “mais nobres e elevadas do utente”, por exemplo. Em todo o caso, trata-se de uma tentativa decidida e aberta, que pode encetar uma reflexão de longo alcance. Uma chamada, em última análise, a que tomemos as rédeas da nossa atenção.

L. B.

